ENTREVISTA

Maria do Rosário

Precisamos eliminar o trabalho infantil e a exploração sexual de crianças e adolescentes

PÁGINA 15

Ano VI nº 62 – ABRIL – 2011

ANPT

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

XVI CNPT discute o Direito do Trabalho no Supremo Tribunal Federal

Centenas de associados de todo o país estiveram em Brasília durante o XVI Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho. Reformulado, e com a inserção de oficinas de discussão, o CNPT permitiu aos participantes um debate maior sobre temas inerentes ao trabalho dos membros do MPT.

PÁGINAS 8 e 13

ANPT participa de audiência pública sobre PL da previdência complementar

A reunião, que aconteceu na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, colocou em pauta a discussão do Projeto de Lei (PL) nº 1.992/07, que trata da previdência complementar do servidor público Federal e, também, para os membros do Ministério Público, do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas da União.

PÁGINA 5

FRENTE ASSOCIATIVA

Presidente da ANPT é o novo coordenador da Frente

Página 3

QUINTO CONSTITUCIONAL

Vaga no TRT-18 fica para o Ministério Público do Trabalho

Página 7

Caro Associado,

Antes de mais nada, precisamos agradecer pela significativa presença de algumas centenas de associados no XVI Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), bem como pelas manifestações de carinho que temos recebido, sendo de se destacar, contudo, que é justamente a participação dos colegas que leva ao sucesso do evento, sem dúvida alguma.

É, para nós, grande a satisfação por observarmos que o tema escolhido para o Congresso, "O Direito do Trabalho no Supremo Tribunal Federal", foi muito bem recebido pelos participantes do CNPT, notadamente ante a repercussão cada vez maior das decisões da Suprema Corte em relação à nossa atuação, como reflexo da constitucionalização dos direitos laborais e do alargamento dos instrumentos de concentração e objetivação da jurisdição constitucional.

A ANPT buscou, também, intensificar, ainda mais, sua articulação com parlamentares e membros dos demais Poderes, bem como com as demais entidades de classe, merecendo destaque o fato de que a coordenação da Frente Associativa do Ministério Público (MP) e da Magistratura da União passou a ser exercida pela presidência da ANPT.

Participamos de audiências públicas relevantes, tais como a que debateu, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei (PL) nº 1.992/07, que trata da previdência complementar do servidor público federal e dos membros do MP, do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas da União. Audiências públicas promovidas, em Brasília e São Paulo, pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) visando uma maior aproximação entre a instituição e a sociedade também tiveram participação da ANPT.

Expusemos, ainda, nosso ponto de vista acerca de relevantes temas debatidos em Seminários com representantes de outras carreiras jurídicas, a exemplo da desconsideração da personalidade jurídica, que tanta repercussão tem em nossa atuação, mormente na fase executiva, e que foi tratada no V Seminário da Redejur, com participação de advogados de todo o Brasil e outros países, bem como ministros de Tribunais Superiores.

Merece destaque, ademais, a presença da entidade na "Giornata mondiale delle vittime dell'Amianto", ocorrida no final de abril na cidade de Casale Monferrato, na Itália. Na oportunidade foram discutidas estratégias para a proibição mundial de tão nocivo mineral.

Ainda nesta edição do Informativo da ANPT, temos a honra de trazer entrevista concedida pela ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário Nunes. Ela aborda a questão do trabalho infantil e a exploração sexual de crianças e adolescentes, duas chagas que temos de abortar do país o quanto antes. Visando justamente aprofundar o debate acerca desses temas, a Associação vai realizar, em parceria com a Anamatra, entre os dias 16 e 18 de maio, o seminário "Trabalho Precoce e Direitos Humanos", no Rio de Janeiro. Participem!

Uma excelente leitura a todos!

Diretoria da ANPT

CURTAS

Trabalho Precoce e Direitos Humanos

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), em parceira com a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), realizará, entre os dias 16 e 18 de maio, o seminário "Trabalho Precoce e Direitos Humanos - A exploração sexual de crianças e adolescentes e o trabalho artístico como obstáculos ao desenvolvimento saudável e à cidadania". Podem participar do evento operadores do Direito, organizações não governamentais, procuradores, magistrados, estudantes e integrantes da sociedade civil em geral.

O seminário acontece no auditório do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT- 1ª Região), e visa contribuir para a discussão em torno da defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Ao término do evento será emitido certificado com carga horária de 12 horas.

Diagnóstico sobre o MP brasileiro

Está em processo de elaboração o II Diagnóstico do Ministério Público no Brasil. O estudo é coordenado pela Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, com a participação da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e de outros órgãos do MP e entidades de classe, e terá informações sobre a estrutura organizacional, orçamentária, financeira, material e de recursos humanos do MP. O diagnóstico também vai traçar o perfil dos integrantes da instituição.

Além de mostrar a realidade do MP no Brasil, o levantamento reunirá informações que serão essenciais para o desenvolvimento do debate em torno da entidade e para a construção de novas alternativas de atuação e fortalecimento do órgão.

EXPEDIENTE **Diretoria ANPT - Biênio 2010/2012**

Sebastião Vieira Caixeta
PRESIDENTE

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
VICE-PRESIDENTE

Ana Luiza Alves Gomes
SECRETÁRIA-GERAL

Maurício Correia de Mello
DIRETOR FINANCEIRO

Isabella Gameiro da Silva Terzi
DIRETORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Marici Coelho de Barros Pereira
DIRETORA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Mariana Flesch Fortes
DIRETORA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Adriana Holanda Maia Campelo
DIRETORA SOCIAL E DE EVENTOS

Catarina Von Zuben
DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

Lair Carmen Silveira da Rocha Guimarães
DIRETORA

Raulino Maracajá Coutinho Filho
DIRETOR

Yamara Viana de Figueiredo
DIRETORA

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Estagiária: Natália Moraes, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão, Tiragem: 1.400 exemplares. **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br, Site: www.anpt.org.br , Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "S", Salas 1103 a 1105, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

Frente Associativa do MP e da Magistratura da União elege novo coordenador

Integrantes da Frente Associativa do Ministério Público e da Magistratura da União estiveram reunidos no dia 7 de abril na sede da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), em Brasília. Na ocasião, o grupo definiu que o presidente da entidade, Sebastião Vieira Caixeta, passa a ser o novo coordenador da Frente Associativa.

Durante a reunião, o grupo discutiu novas estratégias para intensificar a articulação no Congresso Nacional tendo por objetivo a aprovação dos Projetos de Lei (PLs) 7753/2010, que trata da revisão dos subsídios do procurador-geral da República, e 7749/2010, que se refere à recomposição do valor dos subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Além do presidente da ANPT, participaram da reunião, também, o vice-presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, o diretor financeiro, Maurício Correia de Mello, e os presidentes da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Antonio Carlos Bigonha, da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), Marcelo Weitzel, da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), Carlos Alberto Cantarutti, e da Associação dos Magistrados da Justiça Militar Federal (AMAJUM), José Barroso Filho.

Foto: Ascom/ANPT

Coordenação do grupo é alterada periodicamente

Presidente da CCJ da Câmara dos Deputados recebe diretoria da ANPT

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, acompanhado do diretor financeiro da entidade, Maurício Correia de Melo, esteve reunido no dia 6 de abril com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, deputado João Paulo Cunha (PT-SP). Na ocasião, Caixeta cumprimentou o deputado pela posse na presidência da CCJ, realizada no início do mês de março.

Foto: Ascom/ANPT

"Meu gabinete está de portas abertas para a ANPT", disse o parlamentar

Durante o encontro, o presidente da ANPT apresentou o campo de atuação da entidade e mostrou-se à disposição para atuar em conjunto nos projetos que forem de interesse comum. O parlamentar, por sua vez, disse que o seu gabinete "está de portas abertas para a ANPT, principalmente pela posição que a entidade ocupa na defesa do Direito do Trabalho". O diretor financeiro da entidade comentou que será muito bom poderem atuar em parceira, principalmente nas questões ligadas aos direitos humanos e sociais.

Na oportunidade, também, foi discutida a necessidade de aprovação dos Projetos de Lei (PLs) que tratam da reposição inflacionária dos subsídios do Ministério Público e da Magistratura. O presidente da CCJ mostrou-se empenhado em construir uma solução negociada que contemple o reajuste, além de propor o diálogo permanente em prol da melhoria da prestação jurisdicional.

Entidades reúnem-se com líder do governo na Câmara

Foi realizada, no dia 25 de abril, reunião entre integrantes da Frente Associativa do Ministério Público (MP) e da magistratura da União (MPU) e o líder do governo na Câmara dos Deputados, Cândido Vaccarezza (PT). O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, representou a entidade na ocasião.

Acompanhado do presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Antonio Carlos Bigonha, e do vice-presidente da ANPR, Wellington Cabral Saraiva, Azevedo Lima discutiu com o parlamentar a necessidade de aprovação do Projeto de Lei (PL) que trata da recomposição do valor dos subsídios dos membros do Ministério Público da União.

renove sua cozinha com as ofertas mabe

descontos de até 35%!

tudo em **até 10X sem juros** no cartão.

ANPT
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

dynamus clube

FRETE GRÁTIS

28% DESCONTO

mabe
a marca da multimulher

Refrigerador Duplex 324L Frost Free Branco

de **R$1.499,00** por apenas **R$1.086,75**

Pagamento à vista no boleto com 5% de desconto!

Promoção válida até 25/05/2011

30% DESCONTO

GE imagination at work

Refrigerador 418L Frost Free Titanium

de **R$ 2.099,00** por apenas

R$1.469,30

25% DESCONTO

BOSCH
Tecnologia para a vida

Forno Microondas 27L Power Grill Branco

de **R$ 549,00** por apenas

R$411,75

28% DESCONTO

Continental
é de confiança

Cooktop a Gás 4 Bocas Acendimento Automático

de **R$ 499,00** por apenas

R$359,28

acesse: www.lojamabecorp.com.br

Selecione o perfil Categorias de Classe na lateral esquerda
e digite o usuário dynamus a senha dynamus
ou acesse direto: **www.lojamabecorp.com.br/dynamus**

Produtos com descontos de até 35% para produtos em linha. Promoção não cumultativa com outras promoções vigentes. Garantimos um máximo de 10 unidades de cada produto para todo o território brasileiro, à exceção dos Estados do CE e MT, para os quais não haverá venda. *À vista no boleto bancário. Ofertas válidas até 26/05/2011 sujeitas a alteração de preço, condições de pagamento e disponibilidade de estoque, sem aviso prévio. Prazo de entrega informado no final da compra no site. Dúvidas, críticas ou sugestões entre em contato com o seu CPF e número de pedido em mãos: 0800-885-5610.

GE imagination at work

BOSCH* Tecnologia para a vida

*Distribuído sob licença

mabe a marca da multimulher

Continental é de confiança

DAKO
FAÇA MAIS POR VOCÊ.

Audiência pública discute PL da previdência complementar do servidor público Federal

Foto: Ascom/ANPT

A ANPT teceu considerações sobre o projeto

O vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou no dia 27 de abril de audiência pública, requerida pelo deputado federal Policarpo (PT-DF), na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados (CTASP). A reunião colocou em pauta a discussão do Projeto de Lei (PL) nº 1.992/07, que trata da previdência complementar do servidor público, de relatoria do deputado Sílvio Costa (PTB-PE).

O projeto institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos titulares de cargos efetivos da União e de suas autarquias e fundações públicas, inclusive para os membros do Ministério Público, do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas da União. Além disso, o PL limita a cobertura do regime próprio ao mesmo teto praticado pelo regime geral do INSS.

Segundo o vice-presidente da ANPT, primeiramente, há de se questionar a ideia de que o sistema atual de aposentadorias no serviço público seria deficitário. Azevedo Lima lembrou que no regime definido pela Emenda Constitucional (EC) 41/2003, em que os servidores contribuem mensalmente com 11% de sua remuneração integral, havendo ainda repasse de valores pela Administração Pública, e sendo estabelecidos diversos requisitos para a aposentadoria, não se mostra razoável, em se cumprindo todos esses requisitos, falar-se em desequilíbrio atuarial.

Azevedo Lima informou, também, que não conseguiria identificar os ganhos reais com a aprovação do PL, visto que se ele entrasse em vigor, além de não resolver a questão atinente aos déficits decorrentes das aposentadorias mais antigas, geraria, inicialmente, aumento de despesas para o governo, além da redução de receitas decorrente da falta de repasse à União dos 11% que excederem o teto do regime geral.

O vice-presidente da ANPT fez, ainda, considerações quanto a diversos pontos específicos do projeto, os quais, na sua ótica, merecem ser aprimorados. Entre tais pontos, ele sugeriu que sejam mais detalhados os benefícios dos segurados no caso de invalidez e de morte, sob pena de se propiciar a ocorrência de possíveis injustiças. Azevedo Lima teceu, ainda, considerações quanto à imprescindibilidade de o projeto discorrer acerca das formas de percepção, por parte do participante, dos valores com os quais ele contribuiu ao longo dos anos, na hipótese de, por exemplo, retirar-se do serviço público, não mais se utilizando de tais contribuições para sua aposentadoria.

** Confira a cobertura completa da participação da ANPT pelo site www.anpt.org.br*

ANPT participa de audiências públicas promovidas pelo MPT

Foram realizadas, nos dias 4 e 5 de abril, audiências públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) para estabelecer maior aproximação entre a instituição e a sociedade. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, participou da primeira audiência, que aconteceu na sede do MPDFT, em Brasília, enquanto o vice-presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, representou a associação no segundo evento, que aconteceu no auditório do MPT em São Paulo. Ambas as reuniões contaram com a presença de coordenadores nacionais das áreas prioritárias do MPT, trabalhadores, dirigentes sindicais, integrantes da sociedade civil em geral e empresários.

Foto: Ascom/ANPT

ANPT participou das duas audiências públicas

Para o presidente da ANPT, a audiência é uma oportunidade ímpar para o Ministério Público do Trabalho tornar-se mais conhecido perante a sociedade e estabelecer um contato mais próximo com ela. "Esse é o momento para o MPT se fortalecer e, também, de ouvir a sociedade e saber quais sãos as suas prioridades. Entender o que, de fato, é mais importante", disse.

CONVÊNIOS ANPT

EMPRESA / INSTITUIÇÃO CONVENIADA	O QUE OFERECE?	COMO UTILIZAR?
LOCALIZA RENT A CAR Endereço: Avenida Bernardo Monteiro nº 1563, Funcionários – Belo Horizonte – MG Pessoa de contato: Carolina Lima E-mail: carolina.lima@localiza.com Telefones: 31 3247-7887	Desconto de 10% sobre a tarifa especial de Km livre (T501) para aluguel de veículos.	O associado deverá informar o código do convênio no momento da reserva pela central 24h Localiza (0800 979 2000) e também no pagamento da locação, nas agências Localiza.
QUALICORP Endereço: Calçada dos Gerânios, nº 9, Barueri – SP | CEP: 06453-14 Pessoa de contato: Nilva Ramos Silvino E-mail: nsilvino@qualicorp.com.br Telefones: 61 3701-2221/7811-0462	Plano de saúde coletivo por adesão com preço especial.	O associado deverá entrar em contato pelo telefone 61 3701-2200.
LTR EDITORA Endereço: Rua Jaguaribe 571, Santa Cecília, São Paulo – SP | CEP: 01201-904 Pessoa de contato: Nelson E-mail: redator@ltr.com.br Telefone: 11 2167-1121	Desconto de 30%	O associado deverá manter contato com a editora e comprovar que faz parte do quadro associativo.
CHURRASCARIA PORCÃO Endereço: SCES Tr 2 conjunto 35 Brasília – DF Pessoa de contato: Robson Bezerra Bittencourt Telefone: 61 3223-2002	Desconto de 10% a 20%	O associado terá direito ao desconto de 20% sobre a tarifa integral cobrada nos serviços de rodízio praticados nas lojas do Rio de Janeiro e Niterói e de 10% em Recife, Belo Horizonte
APMP - Turismo	Vantagens exclusivas em viagens a trabalho ou a lazer. Convênio válido para todo o território nacional.	Entre em contato com a APMP Turismo por meio do sistema interativo que funciona como um correio eletrônico. Acesse a área restrita do *site* da ANPT para mais detalhes.
POUPEX	Condições especiais de crédito imobiliário para compra de imóvel, novo ou usado, ou construção em lote próprio.	O associado deverá acessar www.poupex.com.br/psp ou ligar 0800 61 3040 para conferir as vantagens.
Pedra Laguna Lodge & SPA	Desconto de 20% de sobre o preço das diárias normais, entre outros benefícios.	Acesse a área restrita do ***site*** da ANPT
COOMPERJ Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público no Estado do Rio de Janeiro	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 21 2506-2700
BANCO SANTANDER Telefone: 61 3321-6661	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3321-6661
DYNAMUS	Descontos em diversos eletrodomésticos de diferentes marcas.	O associado deverá acessar o ***site*** www.lojamabecorp.com.br/dynamus
Importadora e distribuidora de vinhos Obra Prima	Preços diferenciados para associados da ANPT	Acesse a área restrita do ***site*** da ANPT para mais informações e para conferir a carta de vinhos
GRUPO CAOA (HYUNDAI, SUBARU) Endereço: Av. Ibirapuera, 2400 Moema. São Paulo - SP | CEP: 04028-002	Veículos das marcas HYUNDAI e SUBARU com preços e condições especiais praticados para frotistas	O associado entrar em contato pelos telefones (11) 5538-1000 e (11) 5053-3030 ou por e-mail: cabral.frotista@caoa.com.br, vendas.frotista@caoa.com.br; rosi.frotista@caoa.com.br
HONDA AUTOMÓVEIS DO BRASIL	Veículos com preços e descontos praticados para frotistas (de 5% a 6,5%).	O associado deverá procurar uma concessionária HONDA e solicitar declaração junto a ANPT comprovando que faz parte do quadro associativo.

Para conferir os outros convênios firmados pela ANPT acesse a área restrita do *site*. O endereço é www.anpt.org.br

CSJT mantém vaga do Quinto Constitucional para o MPT

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) acolheu, no dia 1º de abril, por maioria de votos, os argumentos da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) para que fosse indeferido pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que solicitava que a vaga do Quinto Constitucional do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Goiás fosse destinada à advocacia. O vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, fez sustentação oral durante a sessão.

Segundo Azevedo Lima, "a única categoria que esteve subrepresentada por largo período no TRT-18 foi o MPT, razão pela qual essa comprovada inferioridade numérica histórica justifica a ideia de que o rodízio da vaga deve ser iniciado pela classe do Ministério Público". Para ele, após a vacância desse cargo, a vaga será destinada à OAB, para a preservação da paridade da representação do Quinto".

Foto: Ascom/ANPT

Azevedo Lima fez sustentação oral na sessão

Em agosto de 2009, a ANPT havia formulado requerimento administrativo junto ao TRT de Goiás, onde requeria que fosse declarado o direito do Ministério Público do Trabalho (MPT) de apresentar lista sêxtupla para provimento de vaga ímpar destinada ao Quinto. A entidade defendia, desde o inicio, a aplicação do princípio da alternância, diante do fato de que a última vaga preenchida havia sido ocupada pela classe dos advogados.

A tese defendida no requerimento administrativo formulado pela ANPT fora, assim, acolhida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, o qual destinou a vaga ao Ministério Público do Trabalho. De tal decisão fora interposto recurso por parte da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), dirigido ao CSJT, requerendo a destinação da vaga para a advocacia.

O Conselho, em sessão realizada na já referida data, acolheu, após as sustentações orais da OAB e da ANPT, os argumentos da Associação dos Procuradores do Trabalho, indeferindo o pleito apresentado pela Ordem dos Advogados, de modo que restou mantida a decisão da Corte Regional que destinava a vaga para o Ministério Público do Trabalho.

Comissão executiva da CONATRAE reúne-se em Brasília e visita parlamentares

Integrantes da comissão executiva da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) estiveram reunidos no dia 12 de abril com o presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, deputado Cláudio Puty (PT-PA), e com o deputado Alessandro Molon (PT-RJ). Na ocasião, os integrantes da Comissão, da qual a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) faz parte, articularam o apoio dos parlamentares para a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/2001, que prevê o confisco de áreas urbanas ou rurais onde seja comprovada a prática de trabalho análogo ao de escravo. O subprocurador-geral do Trabalho Luís Antônio Camargo de Melo, representou a ANPT na ocasião.

Fotos: Ascom/ANPT

Reunião na SDH

Encontro com os parlamentares

Os parlamentares demonstraram apoio ao pleito do grupo e, inclusive, lembraram que essa é uma causa na qual eles já têm atuado. Entre os pontos discutidos durante a reunião, ficou estabelecida a criação de um grupo de trabalho com integrantes da frente parlamentar de combate ao trabalho escravo e da Conatrae. Reuniões semanais devem acontecer, onde serão definidas estratégias de atuação.

Na manhã do dia anterior, o presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, participou de outra reunião da comissão executiva da CONATRAE, realizada na sede da Secretaria de Direitos Humanos da presidência da República. Na ocasião, o grupo discutiu aspectos finais sobre o planejamento da Comissão para 2011, a CPI do Trabalho Escravo e, também, detalhes sobre a reunião que seria realizada com os parlamentares.

Congresso reúne autoridades do MP e dos três Poderes

Fotos: Ascom/ANPT e Luiz AKai

Solenidade de abertura contou com a presença de diversas autoridades

Centenas de procuradores do Trabalho estiveram reunidos, em Brasília, para participar do XVI Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), promovido pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), entre os dias 14 e 17 de abril. O tema do Congresso deste ano foi "O Direito do Trabalho no Supremo Tribunal Federal". A cerimônia de abertura reuniu autoridades do Ministério Público (MP), dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e homenageou o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Luiz Philippe Vieira de Melo Filho.

O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, falou da escolha do tema do Congresso deste ano, que atentou para o fato de que a Suprema Corte, segundo ele, tem se debruçado sobre a legislação social, reflexo da constitucionalização dos direitos laborais e do alargamento dos instrumentos de concentração e objetivação da jurisdição constitucional. Caixeta disse, também, que o XVI CNPT pretendia colocar em evidência a compreensão de ter-se em perspectiva a construção doutrinária e jurisprudencial formulada no âmbito da Justiça especializada, quando a Suprema Corte vier a se manifestar a respeito dos direitos sociais.

Cerca de 450 pessoas participaram da solenidade de abertura

Outro ponto abordado pelo presidente da ANPT durante o seu discurso foi a questão da recomposição dos subsídios. "É nítida a desconsideração do parlamento e do governo com o tema, o que não esconde o propósito subreptício de menoscabar a Justiça e o Ministério Público, em afronta não só ao mandamento constitucional de revisão anual dos subsídios, mas, também, à regra fundante da independência e da harmonia entre os poderes". Ainda em relação a esse tema, Sebastião Caixeta lembrou que tanto a ANPT quanto as outras entidades de classe do MP e da Magistratura acreditam que o diálogo e a negociação direta com o Poder Executivo e com o Congresso Nacional devem ser o caminho para que o pleito das entidades seja aprovado.

O presidente da ANPT destacou, ainda, a homenagem do XVI CNPT ao ministro do TST Luiz Philippe Vieira de Mello Filho. Em nome dos membros do Ministério Público, Caixeta ressaltou a contribuição do ministro à causa da Justiça social e sua atuação na defesa do Direito social. "O ministro sempre mostrou grande sensibilidade com os temas defendidos pelo MPT, sendo sempre solícito com a instituição e com a ANPT", elogiou.

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho, em seu pronunciamento, lembrou que tanto as atribuições do MPT quanto as do TST caminham no mesmo sentido. "A efetividade da Justiça do trabalho é sempre uma inspiração para nós", disse. O homenageado do CNPT abordou,

em Brasília para discutir o Direito do Trabalho no STF

Ministrou mostrou-se emocionado com a homenagem recebida

também, a questão da terceirização de serviços, tanto a lícita quanto a ilícita, e lembrou que os operadores do Direito devem buscar, em sua plenitude, a excelência no Direito do Trabalho.

O procurador-geral do Trabalho, Otavio Brito, por sua vez, comentou que o tema do congresso deste ano não poderia ser melhor, porque o "STF tem importância vital na vida de todos os brasileiros". Essa participação, segundo ele, às vezes, pode produzir efeito negativo. "No campo do Direito do trabalho nós temos sentido muito o efeito de algumas decisões da Suprema Corte." Brito Lopes ressaltou, ainda, que tem sentido, rotineiramente, a tentativa de alguns setores em restringir a competência da Justiça do Trabalho, mas que isso, se depender da instituição, não deve acontecer.

Prêmio Evaristo de Moraes Filho

Durante a solenidade de abertura do XVI CNPT foi realizada, também, a entrega do prêmio Evaristo de Moraes Filho. O prêmio tem entre seus objetivos divulgar os trabalhos jurídicos, frutos da produção intelectual dos membros do MPT. Em primeiro lugar, na categoria melhor arrazoado, foi premiado o procurador do Trabalho José Fernando Ruiz Maturana. O prêmio de segundo lugar foi para o subprocurador-geral do Trabalho Rogério Rodriguez Fernandes Filho e, em terceiro lugar, a procuradora Andrea Nice da Silveira Lopes.

Oficinas discutem temas relevantes durante o Congresso

Cinco oficinas abordaram temas inerentes ao exercício da atividade dos procuradores do Trabalho, ao longo dos dias 15 e 16 de abril, durante o XVI CNPT. Algumas discussões aconteceram simultaneamente e propiciaram a participação e troca de informações entre os seus participantes.

Na manhã de sexta-feira (15/04), foram realizadas duas oficinas, uma sobre o meio ambiente do trabalho, que abordou a súmula vinculante nº 4, que trata do adicional de insalubridade, objeto de pedido de revisão por parte da ANPT, a questão do banimento do amianto, objeto de ADI nº 4066, proposta pela entidade juntamente com a Anamatra, e o nexo técnico epidemiológico, objeto de ADI 3931, na qual a entidade solicitou sua intervenção como *amicus curiae*.

A segunda oficina tratou da competência material e territorial da justiça do Trabalho. Nela os participantes discutiram os litígios envolvendo trabalhadores do setor público e as decisões decorrentes da ADI 3395, na qual a ANPT é *amicus curiae*, a orientação jurisprudencial nº130 da SBDI-2 do TST, empresas em recuperação judicial e, também, abordaram a questão do transportador autônomo de cargas, objeto de ADI 3961, proposta pela ANPT e a Anamatra.

No período da tarde, aconteceram mais duas oficinas simultâneas. Uma sobre terceirização: limites e direitos trabalhistas, que abordou as decisões recentes sobre a lei geral de concessão, lei do setor elétrico e do setor de telecomunicações, além da ADC 26. Os participantes discutiram, também, a equiparação de direitos trabalhistas entre terceirizados e empregados da tomadora. A outra oficina teve como tema a responsabilidade trabalhista. Nela foram discutidas a ADC 16 e alternativas à atual redação da súmula nº 331, IV, do TST.

Oficina sobre meio ambiente do trabalho

Na manhã de sábado, foi realizada a última oficina do XVI Congresso Nancional dos Procuradores do Trabalho, que abordou o poder de investigação. Os participantes discutiram a aplicação da súmula vinculante nº 14 ao inquérito civil e, ainda, o acesso a dados sigilosos pelo Ministério Público do Trabalho. Ao final de cada uma das oficinas foi elaborado um documento com propostas formuladas pelos participantes, que foi levado para apreciação da categoria durante a Assembleia-Geral, que aconteceu na tarde de sábado.

A ideia de promover oficinas como as deste ano partiu da necessidade de reformular o modelo tradicionalmente utilizado para o CNPT, apenas com palestras. Com as oficinas, existe maior interação entre os participantes e os temas colocados em pauta pela Associação. Vale lembrar que os temas foram escolhidos tomando por base aqueles que estão mais em voga no que tange à atuação cotidiana dos procuradores do Trabalho, em especial no que concerne às questões relacionadas a tal atuação que vêm sendo objeto de debate no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Oficina sobre a competência material e territorial da Justiça do Trabalho

Oficina sobre terceirização: limites e direitos trabalhistas

Oficina sobre responsabilidade trabalhista

Oficina sobre o poder de investigação

Ayres Britto aborda Estado Constitucional e Direitos Fundamentais

Um alerta para o excessivo conservadorismo dos profissionais do Direito na interpretação da Constituição Federal e um apelo por uma vivência jurídica que seja um misto de pensamento e sentimento. Esse foi o mote da conferência "Estado Constitucional e Direitos Fundamentais", proferida na noite de abertura do XVI CNPT, 14 de abril, pelo vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Ayres Britto.

Ministro classificou o Direito como obra-prima do pensamento humano

Ayres Britto falou do Direito como "obra-prima do pensamento humano, que assegura as condições existenciais da própria sociedade". Para ele, o Direito funciona como imperativo autorizante, uma ordem coativa da conduta humana. "O Judiciário não governa, mas impede o desgoverno. Ele faz com que a Constituição governe quem governa", disse.

O conferencista ressaltou que "o Direito busca na Constituição o fundamento de sua validade, do contrário não é recebido como expressão jurídica positiva. A Constituição inaugura o ordenamento jurídico, embora faça parte desse ordenamento. No fundo, ela é uma fonte, um ímã e uma bússola no âmbito do Direito positivo", explicou. Também fez parte da intervenção de Ayres Britto uma análise história do surgimento da Constituição.

O ministro também tipificou os direitos e garantias expostos na Constituição Federal e denominou de "direito fraternal" uma categoria de direitos que não possui capítulo próprio na Carta Magna, mas que inaugura o "constitucionalismo solidário". O jurista falou da Constituição brasileira como a mais avançada do planeta, com características progressistas, mas que é interpretada de forma conservadora e reacionária em todas as instâncias.

O caminho para vivência do Estado Constitucional, segundo Ayres Britto, é que a Constituição Federal seja aplicada com um equilíbrio entre pensamento e sentimento, entre os dois hemisférios do cérebro e com o pensamento de que a vida é feita de seres que se movimentam. Para o ministro, o texto legislativo está em constante movimento e só se dará por inteiro ao intérprete se o intérprete se der por inteiro para ele.

"Ele precisa ser humilde para perceber que entre ele e o objeto pode haver um estado de osmose, sinérgico, de interpenetração. O que nos cabe é nos disponibilizar para o universo, na perspectiva de interação para criar um novo juiz, um novo procurador, um novo tipo de Direito. Aí sim nossa única questão fechada será nossa abertura para o novo", finalizou.

Ministro Freire Pimenta discute terceirização e o Supremo Tribunal Federal

No dia 15 de abril, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) José Roberto Freire Pimenta proferiu palestra no XVI CNPT sobre "Terceirização e o Supremo Tribunal Federal". Na ocasião, ele fez uma reflexão sobre as peculiaridades existentes nas relações de trabalho inerentes ao serviço público.

Freire Pimenta falou sobre a Súmula 331 do TST, que enumera algumas situações em que se admite a terceirização de serviços, trançando requisitos a serem observados e algumas das conseqüências respectivas. Ele lembrou que o STF, ao julgar a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 16, declarou por maioria a constitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 71 da chamada Lei de Licitações e Contratos. Freire Pimenta desmembrou a decisão explicitando as razões pelas quais aquela Corte tomara essa decisão.

O palestrante explicou que, embora a posição recentemente firmada no âmbito do STF tenha sido no sentido de que não se pode imputar, de forma automática, responsabilidade subsidiária à Administração Pública, na condição de tomadora de serviço, pelos danos que empresa prestadora de serviços contratada venha a ocasionar aos seus empregados, não restou afastada, em momento algum, a responsabilização da Administração quando configurada culpa "in vigilando", o que vai depender da análise do caso concreto.

Freire Pimenta lembrou que a preocupação com o trabalhador deve ser constante

O ministro do TST demonstrou preocupação com a questão da valorização do trabalho humano, evitando-se que a mão-de-obra seja explorada por um terceiro intermediário como se fosse mercadoria, abolindo-se a *merchandage*. Ele mostrou-se preocupado, também, com a situação ambígua que existe entre o Estado que defende o trabalhador e, ao mesmo tempo, não se preocupa em saber como o trabalho será executado pelo mesmo. "Choca que o mesmo Estado de Direito democrático que tem de valorizar o trabalho humano possa contratar uma entidade privada e nem cogitar que os trabalhadores que prestam serviços não estão recebendo as verbas trabalhistas. Choca o fato de serem ignoradas, muitas vezes, as normas trabalhistas e, assim, os direitos fundamentais que asseguram a subsistência digna dos trabalhadores", disse.

"Dignidade da pessoa humana deve ser resguardada"

Na tarde da sexta-feira (15/04), durante o XVI CNPT, foi aberta uma reflexão sobre as normas internacionais, a proibição de retrocesso e o direito do Trabalho. O professor Paulo Henrique Gonçalves Portela abordou o tema de maneira direta e defendeu a dignidade da pessoa humana como um dos pontos primordiais para a evolução do Brasil, nos aspectos econômico e jurídico.

A dignidade da pessoa humana foi citada como base para o desenvolvimento

O professor esclareceu aspectos fundamentais sobre o Direito internacional do trabalho, o qual, segundo ele, destaca-se quando se fala na defesa da sociedade mundial como um todo. Como exemplo, Portela citou a preocupação com o trabalho infantil, tráfico de mulheres etc. "O Direito internacional vai retratar essas preocupações", disse.

A dignidade da pessoa humana, que segundo ele está sob forte ameaça, foi um dos principais pontos defendidos pelo palestrante, que, inclusive, ressaltou que somente quando se consegue atingir um certo patamar nesse quesito é que se consegue alçar passos mais largos para a economia e desenvolvimento de um país. Portela afirmou que é necessário criar fortes mecanismos para a proteção do Direito do cidadão e, entre eles, está a proibição do retrocesso. Ele foi ainda mais incisivo ao afirmar que um dos prováveis motivos para grandes conflitos mundiais foi a constante violação desses direitos. O palestrante informou que boa parte das normas protetivas da dignidade humana é muito genérica e que por isso deve ser analisada com bastante detalhamento.

Ainda durante a sua abordagem, Portela falou sobre a contribuição das normas internacionais para a preservação do trabalhador e de seus direitos. Explicou que o legislador brasileiro tem dificuldade em legislar internamente sobre o assunto e disse que o princípio dos direitos humanos nas relações internacionais impõe diversas obrigações ao Estado brasileiro.

Sobre o principio da proibição do retrocesso, o professor lembrou que não se pode "agir no sentido de retirar do universo jurídico conquistas já adquiridas pelos trabalhadores, pela cidadania, pelo indivíduo que vive no território brasileiro". Completou, ainda, que esse princípio considera que a partir do momento que restam consagrados, no ordenamento jurídico, o Direito do trabalho, esses direitos só podem ser retirados se for para serem melhorados.

Ministro Godinho Delgado encerra ciclo de palestras do Congresso

A garantia dos Direitos sociais como instrumento para a preservação da dignidade humana e como fator predominante a ser defendido pelos operadores do Direito. Esse foi o eixo de abordagem da conferência "A Constituição e os Direitos sociais", proferida pelo ministro Maurício Godinho Delgado, na manhã do último dia do XVI CNPT.

Segundo o ministro, na evolução da história humana, certamente a mais importante construção política, social, econômica, cultural e institucional da civilização é efetivamente a democracia. Nesse contexto, foi traçado um histórico comparativo da democracia no século 19 até os dias de hoje. "Essa experiência não tem mais do que um século e, mesmo assim, foi no século XIX que obtivemos premissas fundamentais para a democracia', disse.

A segunda fase do constitucionalismo, segundo o palestrante, é fundamental, porque aí que surge o processo de constitucionalização do Direito do trabalho, mas esse segundo marco ainda não se completa. O ministro afirma que isso só vai ocorrer quando acontecer o processo de desvinculação total do direito de propriedade sobre as prerrogativas do indivíduo. "Há um avanço em relação ao período anterior, mas nós não podemos dizer que com a simples constitucionalização dos direitos sociais, seja o Direito do trabalho ou de previdência, nós já tenhamos construído um conceito completo de Estado democrático do Direito".

A democracia foi escolhida pelo palestrante como uma das maiores descobertas do ser humano

Godinho Delgado falou, ainda, que, para se chegar à construção de um novo conceito de Estado Democrático do Direito, é preciso que se tenha compreensão do poder, a força e dimensão das relações humanas. Segundo o ministro, "qualquer linha de pensamento que trabalhe na linha contrária à liberdade, à autonomia, aos valores fundamentais previstos na Constituição da República estará contra o Estado democrático do Direito".

Assembleia-Geral finaliza a programação do Congresso

Durante a Assembleia-Geral, realizada na tarde de sábado (16/04), os participantes analisaram as propostas surgidas a partir da realização das cinco oficinas do XVI CNPT e deliberaram acerca de tais propostas. Ainda durante a reunião, o presidente da entidade, Sebastião Vieira Caixeta, informou sobre a necessidade de alteração do local que estava previamente definido para a realização do 23º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho (ENPT), previsto para o Estado do Rio de Janeiro. A sugestão de novo local, acatada por unanimidade, foi o Estado do Ceará, no período de 6 a 9 de outubro.

Associados participaram ativamente da Assembleia-Geral

A Assembleia aprovou, ainda, que a entidade de classe proponha duas ações judiciais. Uma delas visa obter o reconhecimento do direito à percepção de ajuda de custo, com o consequente custeio das despesas de transporte, extensível aos familiares, aos associados que venham a ser removidos, independentemente de se dar a remoção a pedido ou de ofício, além da percepção dos valores decorrentes de remoções anteriormente concretizadas. A outra ação que deverá ser proposta pela ANPT dará reconhecimento da não incidência do imposto de renda sobre o terço constitucional de férias, com a consequente restituição dos valores descontados preteritamente.

O presidente da ANPT prestou, também, alguns esclarecimentos à categoria acerca da atuação da entidade no Congresso Nacional e junto ao Governo visando à aprovação do Projeto de Lei (PL) que trata da recomposição do valor dos subsídios dos membros do Ministério Público da União.

Por fim, Sebastião Caixeta informou aos participantes que todo o material utilizado no XVI CNPT, e que se tornaria lixo a partir do término do evento, será reciclado, reforçando a preocupação da entidade com o meio ambiente.

Procuradores lançam livros na última tarde do congresso

Cinco livros de procuradores do Trabalho filiados à ANPT foram lançados durante o XVI CNPT. Na ocasião, os participantes puderem adquirir os exemplares autografados na hora pelos próprios autores. A obra "Temas de Direto Sindical", organizado pelos procuradores Ricardo José Macedo de Britto Pereira e Lorena Vasconcelos Porto, presta uma homenagem ao procurador José Cláudio Monteiro de Brito Filho. O livro tem a preocupação de tratar do direito sindical vinculado aos direitos fundamentais e tem a participação, inclusive, de professores estrangeiros, além dos procuradores.

O livro "O mundo do Trabalho e os Direitos Fundamentais - o Ministério público do Trabalho e a Representação Funcional dos Trabalhadores", de autoria do procurador Rodrigo de Lacerda Carelli, é fruto das pesquisas empreendidas em seu doutorado em sociologia. Trata-se de um estudo sobre o Ministério Público do Trabalho (MPT), ressaltando o autor que "mais do que um estudo é uma demonstração de paixão pelo MPT". A obra é uma tese de sociologia que busca explicar a legitimidade da instituição nos dias de hoje.

Já a procuradora do Trabalho Eliane Souto Carvalho lançou o livro 'Palavra e Ação". Trata-se de uma biografia sobre o seu pai, Adelmar da Costa Carvalho, empresário, empreendedor, político e industrial. A obra comemora os cem anos de nascimento de seu pai e serve de fonte para estudo de um período da própria economia pernambucana. A procuradora lançou, também, o livro "O homem da casa-navio".

Procuradores puderam apresentar seus livros aos participantes

O livro "Mandado de segurança na Justiça do Trabalho" também foi lançado durante o XVI CNPT. De autoria da procuradora Evanna Soares, a obra apresenta-se como instrumento indispensável aos operadores do Direito do Trabalho, como juízes, membros do Ministério Público, advogados, professores e estudantes de Direito.

De autoria do procurador Manoel Jorge e Silva Neto, a obra "Constituição e Processo do Trabalho" faz uma conexão entre as normas constitucionais e o processo do trabalho, trazendo conclusões originais sobre a incidência do devido processo legal e seus consectários no processo do trabalho. O estudo também abrange exame acerca do princípio da publicidade trazendo capítulo destinado à analise das questões controvertidas sobre o controle de constitucionalidade.

ANPT discute desconsideração da personalidade jurídica

A desconsideração da personalidade jurídica foi o tema abordado pelo vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, no dia 28 de abril durante o V Seminário da Redejur, associação que congrega escritórios de advocacia de todo o Brasil e de países como Portugal, Espanha, Itália, Inglaterra, Argentina e Costa Rica. O tema também foi abordado pelos ministros Guilherme A. Caputo Bastos, do TST, e Sidnei Agostinho Beneti, do STJ.

Ao longo de sua palestra, o vice-presidente da ANPT buscou fazer considerações práticas em relação ao tema e, ainda, apresentou exemplos de hipóteses de desconsideração da personalidade jurídica, relacionando a matéria com diversas questões que constituem objeto de atuação do MPT, tais como a terceirização de serviços, as cooperativas fraudulentas, o fenômeno da "pejotização", a exploração de trabalho em condições análogas às de escravo, dentre outras.

Segundo o procurador, resta claro que o instituto, desde o seu surgimento na jurisprudência anglo-saxônica, teve por maior objetivo combater os casos de utilização fraudulenta da pessoa jurídica, causando prejuízos a credores. Mas essa, segundo ele, não seria a única hipótese para sua utilização, mencionando, a título ilustrativo, ser perfeitamente possível, e até mesmo um dever, a desconsideração sempre que a personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos.

Azevedo Lima discordou do entendimento defendido por outro palestrante do evento, o ministro Caputo Bastos, do TST, para quem a Justiça do Trabalho viria banalizando a utilização do instituto da desconsideração, a qual, segundo o ministro, só se justificaria nos casos de comprovada má-fé, consubstanciada no uso fraudulento e abusivo da pessoa jurídica. O procurador do Trabalho, por sua vez, contrapondo-se a esse entendimento, enfatizou que não se pode deixar de considerar as peculiaridades dos créditos trabalhistas, que têm inegável natureza alimentar.

O vice-presidente da ANPT disse, ainda, que a desconsideração da personalidade jurídica nos casos em que não são encontrados bens em nome da empresa, ao passo em que os sócios demonstram grande acervo patrimonial, sem que os trabalhadores vejam quitadas sequer as verbas mais elementares, não se dá por mera inclinação ideológica do julgador, mas sim por expressa disposição legal, a exemplo do art. 28 do Código de Defesa do Consumidor e do art. 4º da Lei nº 9.605/98 (que trata da responsabilização por danos ao meio ambiente), sendo ambas as leis perfeitamente aplicáveis ao processo do trabalho, até porque têm um sentido de proteção e de resguardo ao hipossuficiente.

O palestrante teceu considerações quanto a questões processuais que envolvem o tema e, ao final de sua palestra, enfatizou que o ordenamento jurídico apresenta instrumentos que, se bem utilizados, permitem um combate eficaz a uma série de ilicitudes. "É preciso acabar com essa sensação de impunidade. Façamos, portanto, senhores, a nossa parte", conclamou.

** Confira a cobertura completa da participação da ANPT pelo site www.anpt.org.br*

Giornata Mondiale Delle Vittime dell'Amianto

O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, representou a entidade durante o congresso "Giornata mondiale delle vittime dell'Amianto", que aconteceu nos dias 28 e 29 de abril, na cidade de Casale Monferrato, na Itália. O objetivo do evento foi, além de marcar o Dia Mundial das vítimas do amianto, que aconteceu no dia 28, discutir estratégias para a proibição do uso do mineral no mundo, dada sua inegável nocividade. O evento resultou em um documento a ser enviado a organizações internacionais.

No documento elaborado, os participantes do encontro trataram de dois temas centrais: repetir o pedido de banimento do amianto no mundo e pedir uma política coordenada para o "pós-amianto". Ao longo dos dias de evento foram realizados paineis sobre a temática e o presidente da ANPT, juntamente com a auditora fiscal do Trabalho Fernanda Giannasi e o advogado Roberto Caldas, apresentou manifestação atinente às medidas que vêm sendo adotadas no Brasil – e, mais especificamente, no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro – em relação ao tema.

Foto: Jornal "La Stampa

Sebastião Caixeta participou da manifestação em Casale Monferrato

Entre os pontos abordados em tais manifestações estão a ADI 4066, proposta pela ANPT perante o STF, por meio da qual se requer que seja a lei do uso controlado do amianto declarada inconstitucional, merecendo ainda destaque a questão atinente aos processos visando indenizações individuais pelos malefícios causados pelo amianto, bem como a competência da Justiça do Trabalho para o processamento e julgamento de tais casos, mormente no cenário observado após a promulgação da Emenda Constitucional nº 45, que ampliou a competência de tal ramo especializado do Judiciário.

O grupo explicou durante a Jornada, também, como foi a realização do Seminário Internacional sobre Amianto, promovido pela ANPT em parceira com a ANAMATRA e a ABREA, em agosto de 2010, em Brasília. Além disso, eles denunciaram, ainda, os processos de intimidação que os militantes brasileiros vêm sofrendo (criminalização dos ativistas) e solicitaram visibilidade e apoio aos processos.

Entre as sugestões apresentadas pelo grupo estão a inclusão do amianto crisotila na lista dos produtos sujeitos a consentimento prévio informado (PIC) da Convenção de Rotterdam e a mudança da nomenclatura médica de afecções benignas para doenças malignas e não malignas. Sugerem, também, a responsabilização do gerador do resíduo de amianto (princípio do poluidor-pagador) de acordo com as diretrizes da política de logística reversa aprovada recentemente pelo governo brasileiro para a política de destinação de resíduos sólidos.

Foto: Elza Fiúza/ABr

Trabalho infantil e exploração sexual de crianças e adolescentes preocupam SDH

Ministra Maria do Rosário Nunes, à frente da Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, discute o tema em entrevista concedida ao Informativo da ANPT. Para ela, a defesa de crianças e adolescentes deve ser constante e em várias frentes de trabalho.

O trabalho infantil no Brasil ainda é um grande problema social. Como avalia a evolução desse quadro ao longo dos anos e o que pode e tem sido feito para sanar esse problema?

Muitos atores sociais têm se envolvido na defesa das crianças e adolescentes contra o trabalho infantil, o que ajuda bastante em um aspecto muito importante, que é tratarmos a dimensão cultural desse problema. Isso porque existem setores da população brasileira que acabam legitimando o trabalho infantil, com um discurso de que com o trabalho as crianças estão distanciadas da violência, da situação de abandono, das drogas e da marginalização de um modo geral. Quem afirma isso desconhece que as crianças trabalhadoras são levadas ao abandono da escola, estão em relações sub-humanas que destroem a sua capacidade de desenvolvimento, o seu corpo, o seu psicológico e ferem completamente as suas responsabilidades de serem respeitadas nos seus direitos humanos como crianças.

Nós alcançamos uma redução importante, mas ainda registramos um quadro muito significativo de ocorrência do trabalho infantil. E esse trabalho nos dias de hoje está associado às piores formas de trabalho infantil, como a própria Organização Internacional do Trabalho (OIT) as caracteriza: a exploração sexual, os trabalhos mais violentos, mais capazes de destruir a infância e o ser humano, e, entre esses trabalhos, há aqueles também mais invisíveis, como por exemplo o trabalho infantil doméstico, que é de difícil identificação e difícil responsabilização sobre quem o explora. Portanto, hoje, o nosso desafio é enfrentar essas piores formas de trabalho infantil, seja crianças que são puxadas para atuarem no apoio ao tráfico de drogas, no crime, na exploração sexual, ou mesmo na casa das pessoas como trabalhadores domésticos.

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é um obstáculo ao desenvolvimento saudável da criança e à cidadania. Como eliminar essa chaga?

A exploração sexual destrói a infância, o ser humano e é muito difícil resgatar as crianças vítimas dessa violência. A denúncia é o primeiro passo da cidadania. Denunciar significa não ser conivente com a exploração sexual, não considerar natural que uma criança e um adolescente sejam explorados sexualmente. Mas nós que somos governo temos que dar os outros passos também, até para dar credibilidade a quem fez a denúncia, para a pessoa saber que essa denúncia levou a uma consequência real, nós temos a responsabilidade de proteger a criança e reforçar o instrumento que nós consolidamos no Brasil como mais importante para as denúncias, que é o Disque 100 – serviço de telefonema gratuito de qualquer lugar do Brasil, 24 horas por dia, sete dias por semana. Denunciar os exploradores sexuais é enfrentar a impunidade que ainda existe no Brasil.

Quais são os maiores entraves no combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes?

É preciso trabalhar sempre, em várias frentes ao mesmo tempo, uma vez que o fenômeno é complexo e tem diferentes causas. Não basta tratar da ordem econômica, essa é uma parte da questão. A proteção no ambiente familiar, social e através de políticas públicas, como a escola e os programas sociais de um modo geral, pode contribuir para o enfrentamento dessa chaga, mas há também duas dimensões que não podem ser esquecidas, a cultura de exploração e violência contra crianças, que precocemente se sexualiza, e a impunidade, que alimenta a existência de exploradores sexuais no Brasil, que são de diferentes classes sociais e que exploram sexualmente crianças também de diferentes realidades sociais. Portanto, eu diria que, hoje, enfrentar a realidade, criar políticas públicas e não tolerar a cultura de sexualização precoce são três eixos de uma mesma tarefa contra a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Lançamento do novo portal do MPT tem presença da ANPT

O Ministério Público do Trabalho (MPT) lançou, no dia 13 de abril, nova página eletrônica, com mais informações sobre a instituição e com o objetivo de ter maior aproximação com a sociedade. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, acompanhado dos demais integrantes da diretoria da entidade, participou da solenidade de lançamento, realizada no edifício-sede do MPT, em Brasília.

O presidente da ANPT ressaltou que o novo portal vem no momento ideal para cumprir com um dos objetivos do MPT, nessa nova fase em que se trabalha com um planejamento estratégico da instituição. "O lançamento do *site* é um mecanismo importante para dar à sociedade um conhecimento maior acerca do trabalho desenvolvido pelos membros do MPT", disse.

Foto: Ascom/ANPT

Novo portal aproxima a sociedade do MPT

Já a coordenadora de comunicação social do MPT, Ludmila Reis Brito Lopes, reforçou que aproximar a sociedade da instituição tem de ser um dos principais objetivos do órgão e que agora, com esse novo portal, as pessoas terão mais facilidades para entrar em contato com o MPT. A coordenadora lembrou, também, que a página eletrônica é a porta de entrada para o Ministério Público do Trabalho e que, por meio dela, a população poderá conhecê-lo melhor.

Ainda em seu pronunciamento, Ludmila Lopes agradeceu o apoio da equipe de comunicação social que trabalhou junto com ela. A coordenadora apresentou o novo portal aos presentes e comentou sobre esse novo passo dado pelo MPT. "O MPT é a nossa casa e tenho muito orgulho de apresentá-la a todos", finalizou

ANPT firma novos convênios para o conforto de seus associados

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) firmou dois novos convênios. Um com o Pedra Laguna Lodge & SPA, localizado em Búzios, Rio de Janeiro. Com essa nova parceria, os associados da entidade terão 20% de desconto sobre o preço das diárias normais, incluindo café da manhã no Restaurante Laguna Bistrô, *welcome drink* e *up grade* da categoria *Standard* para a categoria luxo.

A segunda novidade é o convênio com a importadora e distribuidora de vinhos Obra Prima. Por meio da área restrita do *site* da ANPT, mais especificamente a parte alusiva aos convênios, pode-se verificar o catálogo de vinhos e os preços comercializados pela importadora especialmente para os associados. Os preços apresentados já incluem o frete para entrega dos produtos no Estado de São Paulo, Distrito Federal e na cidade de Curitiba. A ANPT, juntamente com outras entidades de classe do MPU, vem buscando junto à importadora uma nova fórmula de atendimento para disponibilizar a entrega dos produtos em todo país.

Em continuidade ao objetivo de prestar as melhores condições de convênios aos associados, a ANPT firmou, também, termos aditivos de convênio com a Qualicorp Administradora de Benefícios. A partir de agora, os filiados à entidade terão acesso a um dos melhores planos de saúde do país, da Omint Serviços de Saúde Ltda, classificado, em dezembro de 2010 pela revista Época Negócios, entre os cinco melhores na área de saúde. Hospitais, clínicas e médicos mais renomados do Brasil atendem por meio desse plano.

Ainda de acordo com os termos aditivos celebrados, outra novidade é o convênio com a Central Operadora de Planos de Saúde Norte e Nordeste Limitada (Central Norte Nordeste). Agora os associados que moram em tal área também terão acesso à maior e melhor rede de hospitais, clínicas e médicos da região. Ainda por meio dos aditivos firmados, será oferecido, também, seguro odontológico advindo da apólice coletiva de adesão, por meio da SulAmérica Seguros Saúde S/A.

Para ter acesso a mais informações sobre esses novos benefícios oferecidos pela ANPT, acesse a área restrita do *site* www.anpt.org.br